



CEEE, estatal endividada, mas ainda atraente ao investidor

Potencial do mercado é um dos pontos que devem despertar interesse no leilão de privatização, avaliam especialistas

LEONARDO VIECELI

leonardo.vieceli@zerohora.com.br

Presente em 72 municípios, o braço de distribuição da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-D) caminha para a privatização mergulhado em uma dívida bilionária. O buraco nos cofres é estimado em cerca de R\$ 7 bilhões e, segundo analistas, está relacionado a fatores que ficaram visíveis em diferentes períodos da trajetória da estatal. Problemas de gestão, desembolsos com ações judiciais e despesas com funcionários do tempo em que a CEEE era uma autarquia ajudam a explicar o desequilíbrio (mais detalhes ao lado).

Apesar das dificuldades, a distribuidora tende a atrair interessados no leilão de privatização, agendado para 3 de fevereiro de 2021. Um dos pontos que sustentam a projeção é o potencial do mercado da companhia, bastante concentrado na Região Metropolitana, indicam analistas. Na visão deles, o desembarque de investidores pode resultar em aumento de aportes na empresa e, conseqüentemente, ganhos de eficiência.

A CEEE-D distribui energia para cerca de 4 milhões de pessoas, em 1,7 milhão de unidades consumidoras, na Grande Porto Alegre e nas regiões Sul, Campanha e Litoral. A Região Metropolitana responde por 57% do consumo e 59% do faturamento. Ou seja, a operação mais concentrada, em tese, favoreceria a busca por eficiência.

– Sem dúvida, no setor de distribuição de energia, a concentração facilita. Há mais funcionalidade para o investidor. Hipoteticamente, em uma região de consumo muito disperso, é necessário levar uma linha de distribuição bem maior – pontua **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

Penúria

Nos últimos anos, a concessão da CEEE-D esteve ameaçada pela penúria financeira e pelas dificuldades para alcançar indicadores de qualidade estipulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor. A maior parte da dívida da companhia é de

ICMS, cujo ritmo de crescimento vem se intensificando. A previsão é de que o atraso no repasse do tributo chegue a R\$ 4,4 bilhões até abril de 2021, quando o comprador deve assumir a estatal.

Para a venda, a CEEE-D teve de receber aporte de capital do governo do Estado de cerca de R\$ 3,3 bilhões. A maior parte, em torno de R\$ 2,8 bilhões, vem do perdão parcial da dívida de ICMS. Assim, o novo acionista pagaria, de forma parcelada, o restante do imposto devido (R\$ 1,6 bilhão). A operação, segundo o governo, é necessária para garantir o preço mínimo simbólico de R\$ 50 mil no leilão de fevereiro.

– Do ponto de vista econômico e financeiro, a companhia tem dificuldade para fazer os ajustes necessários – diz o secretário estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura, Artur Lemos Júnior. – Temos de encarar o problema de frente, e não tapar o sol com a peneira – acrescenta.

Para André Trein, que acompanha o setor e é sócio da Bateleur, empresa especializada em fusões e aquisições, a privatização

ocorre em um momento de “confluência de fatores”:

– O Estado está em condição fiscal apertada, e a CEEE-D tem grande endividamento. O governo abre mão de um pedaço do ICMS para recuperar outro.

No meio sindical, a operação é alvo de críticas. Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado (CUT-RS), Amarildo Cenci lamenta a venda de uma estatal em setor de grande peso na economia:

– Entendemos que, em um país com pobreza como o Brasil, alguns ativos têm de ser controlados pelo Estado.

Consultor na área de energia, Ronaldo Lague ressalta que as dificuldades financeiras da CEEE-D se intensificaram ao longo das décadas – o Grupo CEEE nasceu a partir da Comissão Estadual de Energia Elétrica, criada em 1943. Ex-funcionário da companhia, Lague entende que o Estado “até pode vender” o braço de distribuição, mas reprova a privatização da CEEE-GT. Em situação mais confortável, o braço de geração e transmissão de energia deve ir a leilão depois da CEEE-D.





Companhia distribui energia a cerca de 4 milhões de pessoas na Grande Porto Alegre, incluindo a Capital, e nas regiões Sul, Campanha e Litoral

Ohistórico

- **1943** – É criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), então subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas
- **1952** – A CEEE é transformada em autarquia – tipo de instituição pública que reúne poder sobre setor específico
- **1961** – Lei estadual, no governo Leonel Brizola, transforma a autarquia em sociedade por ações, denominada Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). À época, a lei estipulou que os servidores da antiga autarquia passariam a ser empregados da CEEE. Ex-autárquicos tiveram preservados direitos como o de ganhar, na inatividade, igual valor pago ao pessoal da ativa – a CEEE teria de completar o valor do benefício
- **1963** – A companhia vira sociedade

de economia mista (ações da estatal são compartilhadas entre Estado e mercado, mas o poder público é o maior detentor dos papéis com direito a voto)

- **1981** – O custo com ex-autárquicos deixa de ser reconhecido na tarifa de luz pelo órgão regulador do setor. Os gastos, então, passam a gerar grande impacto no caixa da empresa ao longo dos anos

- **1997** – Leilão no governo Antônio Britto privatiza dois terços da companhia, dando origem à RGE e à AES Sul, hoje unificadas. À época, foram arrecadados R\$ 3,14 bilhões. Operação reforçou o caixa do Piratini, com possíveis vantagens no atendimento ao consumidor, mas encolheu a capacidade de geração de receitas da CEEE, que

também herdou o passivo do grupo

- **2006** – É criada a holding CEEE-Participações. Na prática, funciona como controladora da CEEE-D, que faz a distribuição de energia, e da CEEE-GT, que atua na geração e na transmissão de eletricidade
- **2015** – A concessão da companhia é renovada por 30 anos, com cláusulas de desempenho financeiro e de qualidade de serviço. Dificuldades de caixa ameaçam futuro da CEEE-D
- **2019** – Assembleia Legislativa autoriza a privatização
- **2020** – Edital da venda é publicado
- **2021** – Leilão da CEEE-D previsto para ser realizado em 3 de fevereiro

A situação

A CEEE-D é o braço da CEEE responsável pela distribuição de energia. Ou seja, tem a tarefa de levar a eletricidade até clientes em casas e empresas. Nessa área, também há outra companhia atuando no Estado, a RGE, além de cooperativas de menor porte

OS NÚMEROS DA CEEE-D

Opera em **26% do território gaúcho**, presente em **72 municípios** das regiões Metropolitana, Sul, Campanha e Litoral

Leva energia para cerca de **4 milhões** de pessoas, em **1,7 milhão** de unidades consumidoras. A Região Metropolitana tem 50% dos clientes, respondendo por 57% do consumo e 59% do faturamento

Tinha **2,2 mil funcionários** ao final de 2019

A dívida da estatal é estimada em **R\$ 7 bilhões**

Soma **57 mil quilômetros** de redes de distribuição (70% rurais), **71 subestações**, cerca de **800 mil postes** e **67,5 mil transformadores**

A COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA



A OPERAÇÃO DE VENDA

• Para buscar a venda, a CEEE-D teve de receber aporte de capital do governo do Estado de cerca de **R\$ 3,3 bilhões**. A maior parte, em torno de **R\$ 2,8 bilhões**, vem do perdão de parte da dívida de ICMS

• Assim, o novo acionista pagaria, de forma parcelada, o restante do imposto devido (**R\$ 1,6 bilhão**)

• A operação é necessária para garantir o preço mínimo simbólico de **R\$ 50 mil** no leilão de fevereiro

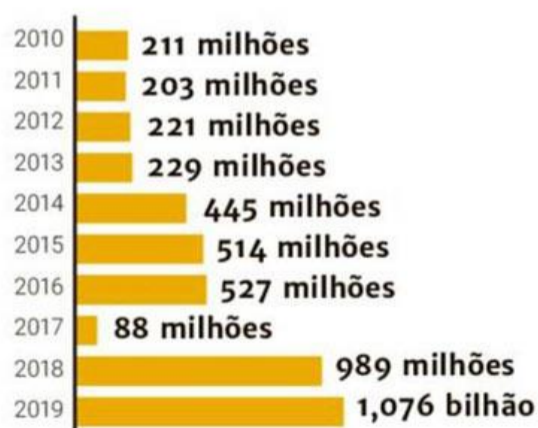
FATORES DE DESEQUILÍBRIO

Neste mês, apresentação feita pela direção da estatal a eventuais interessados na privatização listou motivos para o desequilíbrio nas contas da empresa

- Pagamentos a ex-autárquicos
- Custos operacionais
- Perdas comerciais
- Planos previdenciários
- Despesas judiciais

PREJUÍZO LÍQUIDO

CEEE-D vem acumulando resultados negativos (dados em R\$)



Ou seja, prejuízo líquido de **4,503 bilhões** nos últimos **10 anos**

PAGAMENTOS DA CEEE-D COM AÇÕES TRABALHISTAS

Desembolsos com processos judiciais dispararam às vésperas da privatização (dados em R\$)



*De janeiro a novembro

Fontes: CEEE, governo do Estado e Aneel
Obs.: Os gráficos não guardam proporção entre si

Capacidade de gestão e cumprimento de metas

Caso saia do papel, a privatização da CEEE-D acende a possibilidade de maiores investimentos na companhia. Mas, para que os aportes resultem em melhora nos indicadores de qualidade, também é necessário o acompanhamento rígido das metas pelo poder público, frisam analistas. Essa atividade regulatória cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A partir da assinatura do contrato de concessão, o grupo privado que assumir o controle da CEEE-D terá o desafio de aperfeiçoar a gestão da empresa para equilibrar as contas e fazer aportes necessários, sinaliza **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**:

– A atividade de distribuição de energia é totalmente regulada. As obrigações estarão no contrato de concessão. Dito isso, a questão que se coloca é se o acionista é capaz de cumprir as metas ou não. A gestão estatal não é mais capaz de fazer isso. Já o investidor privado pode, tem a perspectiva de obter retorno no longo prazo.

Apesar da possibilidade de ganhos de eficiência, analistas ponderam que a melhora nos serviços para o consumidor não virá do dia para a noite. Ou seja, há chance de a população atendida perceber avanço nos serviços, mas não de maneira tão imediata.

– Para que haja adequação a padrões de qualidade, é necessário investir, e investimentos levam tempo para maturar e ter resultados. É natural e legítimo que o consumidor pense na privatização hoje e queira melhora já amanhã. Mas é preciso ter essa noção de esclarecimento – diz o consultor **Paulo César Cunha**, da FGV Energia.

Nos últimos anos, a concessão da CEEE-D esteve ameaçada pelo fato de a companhia não alcançar indicadores de qualidade definidos pela Aneel. Há dois principais: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC). O DEC aponta, em média, o número de horas em que o consumidor fica sem fornecimento de energia no ano. Já o FEC indica quantas vezes houve interrupção no serviço. Em 2019, o DEC apurado junto à CEEE-D foi de 18,59 horas, e o limite estipulado havia sido de 10,28. No FEC, o valor apurado foi de 10,11 interrupções. A meta era de até 8,19.